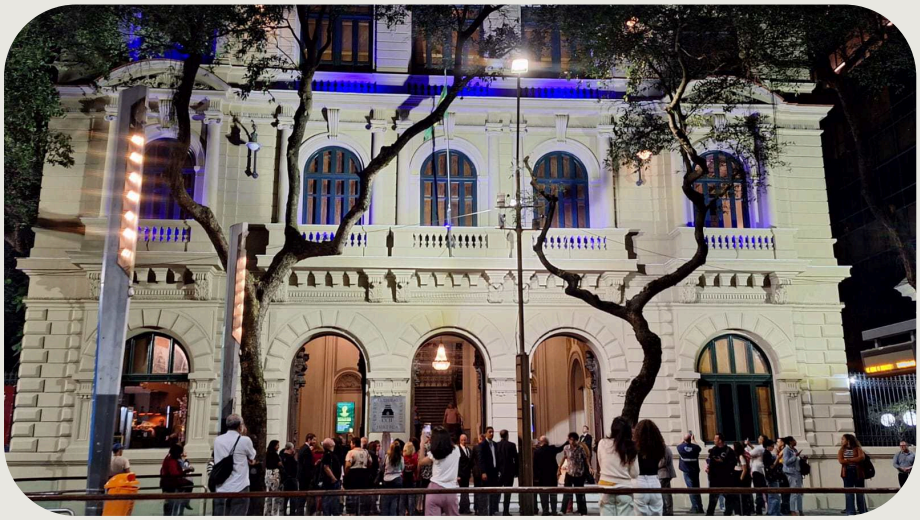
VITRAL CULTURAL

a newsletter do CCJF

Chegou a 20ª edição da *Vitral Cultural*, a newsletter mensal do **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)**. Por aqui, você encontra matérias sobre as principais atrações e iniciativas do CCJF, além de notas e bons artigos sobre arte e cultura. Esperamos que cada pedacinho desse vitral, produzido com cuidado e apreço, te traga bons momentos de leitura. Mais uma vez, aqui vai aquele pedido especial: se gostou do conteúdo, repasse aos(às) amigos(as)! Vamos aproveitar o poder de disseminação da Internet para ampliar o acesso da população à cultura. Assim, todos(as) ganham. Gratidão ✨

Informamos que, por conta do recesso do judiciário, essa é a última edição de 2025. Mas não vai dar nem tempo de sentir saudades. No início de fevereiro, estaremos de volta com os destaques da edição da Vitral de dezembro e janeiro. Boas festas e um lindo ano novo a todos os nossos amados leitores!



Nova iluminação da fachada do Centro Cultural Justiça Federal destaca prédio que respira séculos de história, cultura e arte

CCJF funcionará durante o recesso do judiciário

Durante o recesso judiciário (entre os dias 20 de dezembro e 06 de janeiro), a cafeteria, as galerias de exposições, o gabinete de fotografia e a Sala de Sessões funcionarão normalmente, exceto nos dias 24, 25 e 31 de dezembro e 1º de

Na noite de 25 de novembro, por volta das 18h30, um grande botão vermelho, localizado em um poste em frente a fachada do **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)**, foi acionado pelo corregedor regional da Justiça Federal 2ª Região e desembargador federal, Firly Nascimento Filho. Em segundos, a nova iluminação do edifício histórico com arquitetura eclética — integrante do Quadrilátero da Cinelândia e que foi sede do Supremo Tribunal Federal até 1960 —, arrancou aplausos de todos os presentes. Mais do que um novo conjunto de refletores e luzes, a iniciativa representa a valorização e a importância de um local que desde sua criação, em 1909, respira memória e democracia, e, desde 2001, cultura e arte. O projeto da nova iluminação é uma parceria entre CCJF e Companhia Municipal de Energia e Iluminação (RioLuz), por intermédio da Secretaria Municipal de Esportes do Rio de Janeiro, liderada por Guilherme Schleder.

Para o Dr. Theophilo Miguel Filho, desembargador federal e diretor-geral do CCJF, as novas luzes da fachada do Centro Cultural não representam apenas um aprimoramento estético, "é um gesto de devolução de brilho à nossa história, à nossa cultura." "É um espaço urbano que conecta gerações. E esse passo decisivo só foi possível graças a uma conjugação de esforços, ao empenho e sensibilidade de duas figuras que compreenderam com rara precisão o valor simbólico e afetivo deste prédio para a cidade", disse na cerimônia de abertura do evento que contou também com uma homenagem, na Sala de Sessões, às autoridades municipais, Rafael Thompson, presidente da RioLuz, e Guilherme Schleder, secretário municipal de Esportes.

De acordo com o diretor-geral do CCJF, guardadas as devidas proporções e respeitando a essência carioca, a Cinelândia remete a Cidade Luz, Paris, não como réplica mas como expressão autêntica da própria e peculiar história que somou séculos de história, cultura e cidadania. "E a nova iluminação é mais que um projeto técnico, é um gesto de cuidado, um tributo à cidade, um presente ao Rio de Janeiro. Não é um gesto apenas estético, ele extrapola bem mais do que isso. Que essa luz seja um símbolo de que podemos alcançar instituições públicas com gestores dedicados, comprometidos e apaixonados pela cidade", frisou Dr. Theophilo.

Para o Dr. Theophilo Miguel Filho, desembargador federal e diretor-geral do CCJF, as novas luzes da fachada do Centro Cultural não representam apenas um aprimoramento estético, "é um gesto de devolução de brilho à nossa história, à nossa cultura." "É um espaço urbano que conecta gerações. E esse passo decisivo só foi possível graças a uma conjugação de

janeiro. Venha nos visitar!

Informamos também que a Biblioteca estará fechada e as visitas orientadas suspensas no período do recesso, retornando as atividades a partir do dia 7 de janeiro.

Cinelândia - Cinema na Rua realiza sessão gratuita a céu aberto de documentário sobre Milton Nascimento

No dia 11 de novembro, a Rua Pedro Lessa se transformou novamente em uma sala de cinema à céu aberto e exibiu, no âmbito do projeto *Cinelândia - Cinema na Rua*, o documentário Milton Bituca Nascimento, disponibilizado pela produtora Gullane que

esforços, ao empenho e sensibilidade de duas figuras que compreenderam com rara precisão o valor simbólico e afetivo deste prédio para a cidade", disse na cerimônia de abertura do evento que contou também com uma homenagem, na Sala de Sessões, às autoridades municipais, Rafael Thompson, presidente da RioLuz, e Guilherme Schleder, secretário municipal de Esportes.

De acordo com o diretor-geral do CCJF, guardadas as devidas proporções e respeitando a essência carioca, a Cinelândia remete a Cidade Luz, Paris, não como réplica mas como expressão autêntica da própria e peculiar história que somou séculos de história, cultura e cidadania. "E a nova iluminação é mais que um projeto técnico, é um gesto de cuidado, um tributo à cidade, um presente ao Rio de Janeiro. Não é um gesto apenas estético, ele extrapola bem mais do que isso. Que essa luz seja um símbolo de que podemos alcançar instituições públicas com gestores dedicados, comprometidos e apaixonados pela cidade", frisou Dr. Theophilo.

Honrados e agradecidos pelo reconhecimento do trabalho em prol do município do Rio de Janeiro, ao receber a moeda e certificado de Mérito Cultural concedidos pelo CCJF, Guilherme Schleder e Rafael Thompson, destacaram a importância da integração do poder público para uma administração bem sucedida da cidade do Rio e a prestação de serviços de qualidade aos cariocas e turistas. "É uma honra enorme estar recebendo essa moeda do Centro Cultural Justiça Federal. Eu, como secretário de esportes desde 2021, fico muito feliz em receber essa homenagem porque acho que esporte não é só uma questão de vitórias, ele é social e é isso que buscamos fazer… uma integração social e cultural", destacou Schleder.

Segundo o presidente da RioLuz, a nova iluminação do CCJF faz parte de um projeto maior de iluminação da Cinelândia já que serviço semelhante foi realizado, no começo do ano, na Câmara dos Vereadores e, três meses atrás, na Biblioteca Nacional. "Acredito que a iluminação é responsável por abrir portas, abrir caminhos. Você consegue chegar com a iluminação onde a escuridão não permite que as pessoas possam avançar e ter oportunidades. Ele completa: "É uma relação de ganha-ganha para todos, a sociedade ganha com a visibilidade desse prédio tão importante para o país, não só para o Rio. É uma alegria e orgulho participar desse evento e ver que estamos marcando a história da cidade do Rio de Janeiro com essas entregas".

também se juntou aos apoiadores nesta sessão. O filme celebra o legado e a turnê de despedida de Milton Nascimento, cantor, compositor e multi-instrumentista brasileiro, reconhecido como um dos mais influentes artistas da história da música nacional.

O público, mais uma vez, lotou a sessão e, ao final do filme, aplaudiu, emocionado, ao conhecer mais sobre a trajetória de um dos maiores artistas da música brasileira. Após a sessão, quem esteve por lá ainda pôde aproveitar a música ao vivo com canções de Milton Nascimento e do Clube da Esquina, o que contribuiu para realização de uma grande homenagem ao artista e aos músicos que integravam o Clube, incluindo um dos fundadores, Lô Borges, que faleceu recentemente.

A proposta é que o *Cinelândia - Cinema na Rua* tenha exibições mensais, sempre gratuitas, sem necessidade de distribuição de senhas, com preferência para filmes brasileiros com legendas em português, sendo acessível aos

Mostra Cultural Consciência Negra: um mergulho nas múltiplas dimensões da experiência negra no Brasil

Durante todo o mês de novembro, o **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)** transformou-se em palco de escuta, reconhecimento e celebração da ancestralidade afro-brasileira. Com exposições, debates, literatura, oficinas, shows, cinema e teatro, a 2ª edição da *Mostra Cultural Consciência Negra* se estabeleceu como território de memória e de futuro, em que a herança africana se expressa em múltiplas linguagens. Ao ocupar o CCJF, promovendo reflexões sobre arte, judiciário e cultura, a mostra afirmou a potência da população negra e instaurou novas arenas de debate, em que resistência, memória e futuro se entrelaçam em movimento. A iniciativa, que deve se repetir em 2026, vai além de uma programação completa e temática, ressignifica o Centro Cultural não apenas como um símbolo do poder institucional, mas também como espaço do povo: aberto à diversidade, à crítica e à escuta.

A ideia, vinda do *Setor de Audiovisual e Artes Cênicas* do CCJF, não se limitou a apenas uma data — o Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro —, mas de um processo contínuo de afirmação e transformação social. É um verdadeiro chamado para refletir sobre desigualdades históricas e, ao mesmo tempo, celebrar as conquistas e resistências que moldam a identidade negra no Brasil. “A cultura deficientes auditivos. “O intuito é incentivar o acesso à cultura, direito fundamental e universal, para todos os públicos e ocupar a Cinelândia, local emblemático e histórico para o cinema brasileiro”, ressalta Ricardo Horta, diretor-executivo do CCJF.

O projeto é uma realização do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), da Banca do André e da ASPAC – Associação dos Servidores Públicos da ANCINE, com apoio do Governo do Estado e da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Vem conferir a próxima sessão que já tem data para acontecer!

Beth Carvalho é a próxima homenageada na 3ª edição do projeto Cinelândia - Cinema na Rua

Estão preparados para a próxima edição do *Cinelândia - Cinema na Rua*? Se sim, uma boa notícia: a 3ª exibição do cinema ao livre

é uma força viva, que atravessa o tempo e transforma a sociedade, trazendo os espaços culturais como agentes dessa mudança. Ao reunir tantas expressões artísticas, o CCJF celebrou não apenas a herança do passado, mas também a potência de um futuro que se constrói incessantemente na escuta e na ação coletiva", salienta Maria de Oliveira, diretora da Divisão de Cultura do CCJF.

Para Thays Acaiabe, servidora do Setor de Artes Cênicas e Audiovisual, a questão racial não é uma pauta só das pessoas negras, é uma pauta de toda a sociedade. "A mostra foi um convite para que todos viessem participar desse movimento. Queremos, em qualquer data, que o CCJF seja um espaço realmente para todos, aberto à diversidade e à troca em que cada um que passar por aqui possa se reconhecer na nossa história e sonhar junto com a gente novos futuros", frisa Thays.

A abertura da *Mostra Cultural Consciência Negra 2025* aconteceu dia 1º de novembro, com a Roda de Conversa *Produção cultural: Fazeres Artísticos Negros como Ferramenta de Representatividade*. No Cinema do CCJF, artistas, produtores e público puderam debater, de forma consistente, a pauta negra no campo da Música, Literatura, Audiovisual, Teatro e Artes Plásticas. Entre os temas principais, os desafios, conquistas e caminhos possíveis para a construção de uma cena cultural mais plural, representativa e democrática. "A mostra foi aberta com emoção e múltiplas vozes na Roda de Conversa em que os artistas e produtores que estariam pelos corredores do CCJF durante o mês de novembro tivessem a oportunidade de falar um pouco sobre si e ouvir sobre os demais", explica a mediadora do encontro Patrícia Santos, servidora da Justiça Federal e membro do Comitê Igualdade Racial.

Segundo ela, no primeiro painel os participantes contaram um pouco sobre os desafios das trajetórias individuais e a luta por diversidade e inclusão. Já no segundo, o assunto inicial foi a importância do audiovisual na reescrita do imaginário sobre a população negra. Em ambos os painéis, os integrantes estiveram à vontade para partilhar relatos de família e infância, de início de carreira, de personagens inspiradores, anseios e ensinamentos, além de deixarem valorosas contribuições com suas histórias de vida, de lutas e resistência. "Mediar esse encontro nem foi o desafio difícil que imaginei, pois a conversa fluiu tranquilamente, com total conexão, resultado que, ao meu ver, foi fruto da excelente curadoria do CCJF e, por que não dizer, da nossa ancestralidade preta, sempre atenta a nos guiar", pontuou Patrícia.

idealizado pelo CCJF, em parceria com a Banca do André e a ASPAC, já tem data para acontecer.

Será no próximo dia 18, quinta-feira, às 18h30, na Rua Pedro Lessa. O filme escolhido é o documentário Andança - Os Encontros e as Memórias de Beth Carvalho.

Reserve a data na agenda e venha prestigiar o cinema brasileiro conosco!

A história do CCJF: agende sua visita!

O programa conta a história do prédio, de sua construção até os dias atuais. Projetado pelo arquiteto Adolpho Morales de Los Rios para ser originalmente o Palácio Arquiepiscopal, o edifício – exemplar da arquitetura eclética – abrigou o Supremo Tribunal Federal de 1909 a 1960.

Atualmente, é um dos poucos remanescentes da reformulação da cidade do Rio de Janeiro

Alek Lean, pedagogo, produtor, roteirista e cineasta, integrou o último painel da Roda de Conversa. Ele resume a oportunidade de participar do evento como “um momento educativo e de reafirmação política e estética.” “Discutimos, entre outros assuntos de extrema relevância, que representatividade não se limita à presença de pessoas negras diante das câmeras; ela se consolida, principalmente, quando estamos também por trás delas, escrevendo, dirigindo, produzindo e decidindo os rumos das narrativas. Sem autoria negra, a imagem pode existir, mas a voz segue mediada”, ressalta Lean, idealizador do *Black Queer Festival*, que aconteceu no CCJF no dia 29 de novembro.

Sobre a importância de espaços culturais como o CCJF acolherem debates urgentes e darem visibilidade a artistas independentes, movimentos e projetos historicamente marginalizados das estruturas culturais formais, ele diz ser determinante para transformar o cenário. “Espaços como esse são fundamentais para que iniciativas como o *Black Queer Festival* não apenas existam, mas floresçam, ocupem lugares de direito e ampliem suas redes. Quando idealizei o *Black Queer Festival*, foi justamente com o propósito de romper essa lógica de nicho, conquistando espaços de exibição dignos para artistas negros, indígenas e LGBTs que estão na base da pirâmide das oportunidades e raramente ultrapassam pequenas mostras específicas”, disse.

Com isso, fica a certeza de que a *Mostra Cultural Consciência Negra* cumpriu, com louvor, seu papel social e transformador. Ela acabou há poucos dias, deixando um rastro permanente de conhecimento, memória e ancestralidade, mas já deixando um gosto de ‘quero mais’. A parte boa é que 2026 está logo ali.

ocorrida no início do século XX.

A visita propõe, ainda, uma reflexão sobre preservação do patrimônio histórico, cultura, justiça e sociedade.

O serviço de visita orientada é gratuito e o agendamento pode ser feito pelo e-mail: visitas.ccjf@trf2.jus.br

Refúgio para a mente (e para os olhos)

Venha conhecer a biblioteca do CCJF, localizada no 2º andar do nosso prédio. Lá, você encontra um acervo especializado em Arte e Cultura, ambiente confortável para ler e estudar.

Não é necessário se cadastrar nem agendar horário para frequentar nossa biblioteca.

A biblioteca está aberta ao público de **terça a sexta**, das **12h às 17h**, exceto no recesso judiciário e feriados.

Ana Cruz e banda no palco do CCJF: uma noite potente e brasileira

Entre técnica e emoção: Ana Paula Cruz grava álbum ao vivo em noite de pura brasilidade no CCJF

Na noite de quinta-feira, 27 de novembro, o **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)** se transformou em um espaço de pura celebração da música e da brasilidade durante a gravação ao vivo do álbum *YBYTU - O sopro divino*, de Ana Paula Cruz. O teatro recebeu um público atento e emocionado, que se entregou à combinação única de música erudita, ritmos populares e influências afro-brasileiras. Com presença e energia contagiante, Ana Paula conduziu a plateia por um repertório diversificado, que passeou por Belchior, Baden Powell, Iza e Emicida, provando que sua música é ao mesmo tempo técnica, sensível e profundamente conectada com a sua histórias e vivência enquanto mulher negras no Brasil.

A apresentação começou de forma envolvente: Ana Paula surgiu no palco pelas coxias do teatro, caminhando enquanto começava a cantar a primeira música de seu álbum. Na sequência, ela apresentou os músicos que a acompanhariam — Luis Houtet (guitarra), Daniel Esperança (piano), Lourenço Matheus (baixo), Julia Rodrigues (bateria) —, mesclando momentos de introdução musical com histórias pessoais. Entre risadas e conversas descontraídas, Ana Paula revelou sua genuína surpresa ao se deparar com uma plateia tão cheia e animada e se emocionou ao reconhecer rostos conhecidos, vindos de diferentes fases e aspectos de sua vida.

Programação do CCJF no WhatsApp

Fique atento(a) à nossa programação. Entre no grupo do WhatsApp especialmente feito para a divulgação dos próximos eventos. É só apontar a câmera do celular para o QR code abaixo:

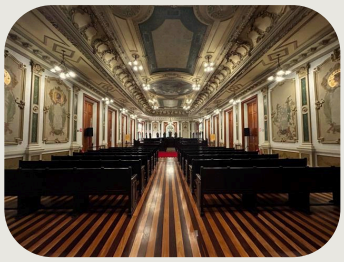
Você também pode acessar o site do CCJF e conferir nossa programação completa e atualizada. Clique aqui!

O repertório do álbum percorreu diversos universos musicais, transitando por samba, jazz, bossa nova, rock, ijexá e ritmos de matriz africana. Segundo Ana Paula, a escolha das músicas se deu por afinidade e afeto musical, mas teve seus desafios. “O 1º deles foi pensar num repertório. Eu tinha 30 músicas que desejava gravar mas tive que reduzir para 10. O 2º foi achar um parceiro que pensasse musicalmente parecido com meu estilo. Encontrei o Luis Houtet, um arranjador e guitarrista que tem uma sensibilidade única. Tivemos várias reuniões para definir os arranjos e as sonoridades. Creio que o último desafio foi controlar a emoção durante o show. Sou muito expansiva e vibrante. Muitas vezes fico com receio de gastar toda a energia na 1ª música e não sobrar nada pra depois”, frisa. Mesmo diante de tantos desafios, a musicista conseguiu equilibrar técnica e emoção, oferecendo ao público uma apresentação com muita sensibilidade.

A noite também teve momentos de comoção e reflexão. Ana Paula compartilhou experiências de vida como mulher negra, lésbica, gorda e candomblecista, conectando sua trajetória pessoal com a valorização das culturas marginalizadas e a brasilidade. “Não dá pra você nascer no Brasil e não saber tocar um samba, choro, maracatu, baião... eu comecei a frequentar os coletivos de mulheres em busca de mergulhar nesse estudo de brasilidade. Fora isso, eu sou do Candomblé. A minha religião é algo muito forte. Não existe culto ao orixá sem o toque do tambor. Creio que tudo isso se juntou nesse trabalho de agora”. Ela explicou como, após uma formação erudita intensa, estudando métodos estrangeiros e passando por todas as etapas exigidas a um instrumentista clássico, sentiu, nos últimos 10 anos, a necessidade de alimentar sua alma com ‘frutos do seu país’”.

Ao final da noite, ficou claro que a gravação de *YBYTU - O sopro divino* no CCJF não foi apenas um registro musical, mas uma celebração da trajetória de Ana Paula Cruz e de tudo que ela representa artisticamente e pessoalmente. A *performance* evidenciou sua capacidade de unir técnica e sensibilidade, erudição e brasilidade, além de transformar experiências de vida em música que emociona e provoca reflexão. Para o público presente, a gravação foi uma experiência intensa, marcada por momentos de alegria e surpresa, e deixou a expectativa de que o álbum, ao ser lançado, seguirá espalhando a força, a diversidade e a ancestralidade que permearam cada acorde da noite.

Curiosidades do CCJF: você sabia?



Você sabia que a Sala de Sessões foi palco de julgamentos históricos?

Que a Sala de Sessões foi sede do Supremo Tribunal Federal (STF), a maioria já sabe, mas só alguns têm conhecimento de três julgamentos famosos que marcaram esse lugar: em 1914, após decisão do STF, Rui Barbosa conseguiu o direito de publicar seus discursos políticos, reforçando a ideia do remédio constitucional que visa proteger a liberdade de expressão; em 1923, depois da Revolta dos 18 do Forte de Copacabana, o STF libertou militares e civis presos por entender que os crimes eram políticos e deveriam ser julgados pela Justiça Federal, mesmo durante o Estado de Sítio.

Já em 1936, o caso de Olga Benário, judia e militante comunista alemã, ficou conhecido como “habeas corpus invertido”, porque o pedido pretendia evitar sua expulsão para a Alemanha nazista, após o

fracasso da Intentona Comunsita, liderada por Luís Carlos Prestes. Contudo, alegando Estado de Guerra, o STF negou o conhecimento da medida judicial, permitindo que ela fosse enviada de volta ao país de origem. Sua filha, Anita Leocádia, nasceu na prisão alemã e, graças a uma campanha internacional, acabou sendo entregue à avó Leocádia, mãe de Prestes.

História, memória e resistência: o impacto de Quebrando Paradigmas nos palcos

Durante o mês de novembro, o espetáculo *Quebrando Paradigmas* também ocupou o teatro do **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)**. O monólogo, estrelado por Lucas Popeta e dirigido por Gizelly de Paula e Gabriela Nascimento, foi mais um evento integrante da *Mostra Cultural Consciência Negra*.

Misturando história e poesia, o ator dá vida a um jovem negro que revisita fatos marcantes da história da arte brasileira, especialmente o teatro, questionando os silenciamentos sofridos por pessoas negras ao longo dessa trajetória.

A peça conta a trajetória do *Teatro Experimental do Negro*, um projeto idealizado por Abdias Nascimento que teve como obejtivo valorizar e promover o protagonismo negro no teatro, rompendo as barreiras racistas impostas pela sociedade e quebrando paradigmas sobre o que os negros deveriam ser. Durante o espetáculo, grandes nomes são lembrados como forma de resistência e de representatividade, como Ruth de Souza e Léa Garcia, atrizes pioneiras que lutaram pela inclusão de artistas negros e que abriram caminhos para as novas gerações.

A atuação marcante de Lucas envolve o público e prende a atenção em cada movimento executado. A iluminação, a música e a fumaça são elementos que integram a peça de forma natural e ajudam a construir um ambiente emocionante que chama atenção dos espectadores.

O ator e idealizador do espetáculo, Lucas Popeta, está na expectativa das próximas apresentações de *Quebrando Paradigmas*, já que outras pessoas poderão conhecer essa história de impacto. “Seguimos esperançosos e com boas expectativas para o mês de dezembro, em que continuamos em cartaz. Mais pessoas terão a oportunidade de conhecer essa história sobre o *Teatro Experimental do Negro*”, contou o artista.

O encerramento da temporada é no dia 21 de dezembro e, nesse mês, conta com sessões de quinta a domingo, às 19 horas. Uma ótima atração para quem quiser conhecer mais sobre a trajetória da arte negra brasileira. Ingressos antecipados aqui. Disponível também na bilheteria do CCJF, no dia da peça teatral.

Na foto, avaliadores e finalistas do Prêmio Quis Ego Sum. Ao centro, o diretor-geral do CCJF

Mistério desvendado na Sala de Sessões do CCJF

Sabe a figura histórica apagada de uma das quatro pinturas-painéis que emolduram as paredes da Sala de Sessões do **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)**? Agora, sabe-se quem ela é. O mistério foi sanado na última terça-feira, dia 9 de dezembro, na cerimônia de sustentação oral e premiação do *Prêmio Quis Ego*

Sum - Concurso Nacional de Pesquisa e Identificação de Personagem Histórico, realizado pelo CCJF, em parceria com a Caixa Econômica Federal (CEF). Baseado em registros históricos e edições dos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* do início de abril de 1909, data da inauguração do prédio histórico que foi a sede do Supremo Tribunal Federal (STF) até 1960, todos os cinco finalistas do concurso, Bruno Amaro Lacerda, Douglas Liborio, Matheus Cadedo, Rachel Lima e Vanessa Melnixenco apontaram que o jurista Quinto Múcio Cévola (*Quintus Mucius Scaevola*) (140 a.C-82 a.C), conhecido como *Pontífice* da República romana e mentor de Marco Túlio Cícero, é o personagem que constava na pintura que não pôde ser restaurada.

Na justificativa da pesquisa, o vencedor do prêmio, Bruno Lacerda, professor de Filosofia do Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), relacionou as frases em latim inscritas abaixo de cada figura histórica da Sala de Sessões — o imperador Justiniano, o cônsul Ápio Cláudio, o orador Marco Túlio Cícero, e, finalmente, o jurista Quinto Múcio Cévola — com justiça, legalidade, paz civil e não abuso do Direito, respectivamente. Ele também ressaltou, tanto na sustentação oral quanto na escrita, que os personagens históricos romanos integram um conjunto não apenas decorativo, mas que representa valores que devem nortear a atividade ética jurisdicional. “São, na verdade, símbolos essenciais ao ritual judiciário, como diz Antoine Garapon”, cita Lacerda em sua tese. “Fiquei muito feliz por vencer o Prêmio Quis Ego Sum, já que consegui apresentar uma proposta conjugando dois dos meus interesses de pesquisa: a iconografia da justiça e as fontes jurídicas latinas. Vejo o 1º lugar no certame como um coroamento da minha atuação como pesquisador”, conta o professor. Segundo ele, a iniciativa é merecedora de todos os elogios, pois valorizou os pesquisadores brasileiros, convocados para elucidar a identidade do personagem histórico perdido. “A prova disso é que todos os finalistas trouxeram contribuições relevantes e iluminaram aspectos diversos da questão, cada qual a partir da sua formação e dos seus interesses de pesquisa”, diz.

A 2ª colocada do *Prêmio Quis Ego Sum* foi Rachel Lima, já o 3º lugar ficou com Vanessa Melnixenco. Os ganhadores foram agraciados com um certificado e valores simbólicos de R$ 5.000 (1º lugar), R$ 3.000 (2º lugar) e R$ 1.000 (3º lugar). Quanto à importância de Quinto Múcio Cévola na história do direito, a maioria dos candidatos o descrevem como um importante jurisconsulto da República romana, responsável por compilar as *Leis das XII Tábuas*, fundamental para o Direito Civil romano. A presença de Cévola nas paredes da Sala de Sessões do CCJF, se justifica, provavelmente, por uma longa discussão em torno da

codificação do Direito Civil brasileiro, entre os séculos XIX e XX. O período foi marcado por uma transição do liberalismo patrimonialista para uma visão mais social, refletindo a passagem do Império para a República, anos antes, em 1889. Na época da inauguração do edifício histórico, em 4 de abril de 1909, o projeto do Código Civil proposto por Clóvis Beviláqua havia sido posto em xeque no Senado Federal pelo jurista Rui Barbosa ao ser considerado um marco conservador, focado na propriedade e patriarcado, gerando inclusive críticas sobre a inadequação às mudanças sociais.

Mais sobre a premiação — Integraram a Banca Avaliadora do concurso: Bruno Vaz, advogado do quadro jurídico da Caixa Econômica Federal, representante da instituição patrocinadora; Cícero Antônio Fonseca de Almeida, museólogo e atual diretor do Museu Histórico Nacional; Izabela Fraga, arquiteta do CCJF; Marisa Assumpção, arquiteta especialista em restauração com atuação em Patrimônio Histórico e Matheus Campello, profissional do direito com experiência em iconografia e história da justiça. Após ouvir a sustentação oral dos finalistas, Dr. Theophilo Miguel Filho, diretor-geral do CCJF e desembargador federal, elogiou o trabalho aprofundado e de qualidade de todos eles e resumiu "a excepcional apresentação do tema" ao ressaltar a interdisciplinaridade. "Essa questão não é uma questão jurídica, é uma questão de museologia, arquitetura, história, claro, com plano de fundo jurídico. Quero parabenizar efusivamente os excelentes candidatos pela pesquisa que analisa com profundidade todos esses aspectos interdisciplinares. O concurso está sendo tão bem sucedido que já estamos pensando no próximo…vamos querer descobrir quem danificou Múcio Cévola", brinca o diretor-geral do CCJF, arrancando risos da plateia.

O *Prêmio Quis Ego Sum* foi criado com o intuito de incentivar a pesquisa histórica, a reflexão crítica e a valorização da memória e do patrimônio cultural vinculado à Justiça, além de valorizar a memória institucional por meio da preservação simbólica de elementos do passado e fomentar o pensamento crítico sobre a representação da Justiça e dos valores públicos em espaços de poder. "Que novos concursos como este sejam lançados: o Prêmio Quis Ego Sum foi um momento extraordinário de valorização da memória e da cultura da Justiça de nosso país e, sobretudo, de conexão entre o Judiciário e a academia brasileira", conclui Lacerda.

Palestrantes da Aula Magna 'Memória da Escravização: O papel da Justiça Federal para a reparação histórica' destacam a importância de trazer à tona a triste história das pessoas escravizadas no Brasil

Cais do Valongo: exposição, livro e aula expõem a triste história da escravidão no Brasil e reforçam a luta pela reparação de direitos

Incentivar as pessoas a refletirem sobre um triste passado no Brasil (e no mundo), marcado pela escravidão, racismo e desigualdades, e reforçar a luta pela reparação dos direitos e pela democracia. Essa foi a tônica do projeto *Valongo: Justiça pela Memória do Cais*, idealizado pela Assessoria de Comunicação Social do Conselho da Justiça Federal (CJF), um verdadeiro mergulho na história do Cais do Valongo, da criação como ponto de desembarque de indivíduos escravizados à descaracterização da área e posterior redescoberta, em 2011, durante obras de arquitetura e urbanismo para modernizar o Porto Maravilha, no Rio de Janeiro.

O projeto inclui exposição digital, que fica na Galeria da Cela do **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)** até dia 19 de dezembro, lançamento do livro que traz as obras da mostra e conta sobre a história do Cais do Valongo, antigo desembarcadouro que se tornou símbolo do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas, e ainda, realização de aula magna sobre a escravização e o papel da Justiça Federal para a reparação histórica.

No dia 19 de novembro, os interessados que se inscreveram antecipadamente na aula, realizada no Teatro do CCJF, puderam conferir, em primeira mão, as obras da exposição V *alongo: Justiça pela Memória do Cais* produzidas por Maria Clara de Assis, servidora do CJF, e ganhar o livro homônimo. Ao falar sobre a iniciativa, Ana Cristina Rosa, chefe da Assessoria de Comunicação Social do CJF, lembrou que o Brasil foi o país das Américas que mais recebeu africanos e africanas escravizadas e o Valongo, a principal porta de entrada para essas pessoas escravizadas. "Houve várias tentativas de esconder o Valongo ao longo da história, mas graças a Deus, aos ancestrais e aos orixás essa história emergiu e vem cada vez mais vindo à tona", destacou. Segundo ela, proteger o Valongo é reafirmar direitos fundamentais, trazer para a superfície a memória de um passado que jamais pode ser esquecido e a lembrança de crimes que foram cometidos contra a humanidade. "É lembrar de um povo que sofreu horrores e ainda assim se manteve resiliente, com a esperança e a fé de tempos de liberdade, de justiça e de reparação que ainda está por vir", frisou Ana Cristina na abertura da *Aula Magna Memória da Escravização: O papel da Justiça Federal para a reparação histórica*.

A abertura da aula contou também com a participação remota do Dr. Benedito Gonçalves, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que destacou o papel fundamental da Justiça Federal no debate sobre reconhecimento de direitos, memória e desigualdades históricas. "Se a Constituição nos chama para garantir acesso à Justiça, ela nos chama também a compreender como as desigualdades históricas impedem, na prática, que esse acesso seja equitativo. Reparação histórica aqui não é apenas o ideal, é um compromisso jurídico, ético e republicano. Permita-me reforçar uma convicção: não há democracia forte, onde a memória é frágil. Não há igualdade possível, sem a coragem de revisitar as dores que constituíram o país", ressaltou. Para o magistrado, ao participar desse movimento, o judiciário reafirma a vocação de atuar não apenas como árbitro de conflitos, mas como guardião da dignidade da pessoa humana.

Além deles, compuseram a mesa da aula magna Dr. Firly Nascimento Filho, corregedor regional do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2), representando Dr. Luiz Paulo Araújo Filho, presidente do TRF2, Drª Vânila Cardoso de Moraes, juíza federal da 6º Região, representando o Min. do STJ Luis Felipe Salomão, Drª Adriana Cruz, juíza federal da Seção Judiciária do Rio de Janeiro (SJRJ), e Hédio Silva Jr., autor do livro *Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial: teoria e prática*. Ao proferir algumas palavras sobre a relevância de trazer à tona esse período triste e cruel da história, Vânila Moraes ressaltou

que esse passado escravocrata precisa ser lembrado repetidamente para que não aconteça novamente, com destaque especial ao compromisso contemporâneo com a reparação histórica. “Reconhecer a existência do passado é imprescindível para transformar o presente. Estamos no mundo para cooperar e estabelecer parcerias positivas uns com os outros. Precisamos reparar as consequências desse passado no presente e escrever hoje uma nova história para aqueles que virão a fazer parte dessa família humana, pois nós que estamos aqui somos os ancestrais do futuro”, pontuou.

Aula Magna — Logo após a abertura, foi dada sequência a Aula Magna, pensada para reunir autoridades, julgadores, representantes de instituições, acadêmicos e estudantes. A palestra foi ministrada por Adriana Cruz (TRF2), juíza federal, uma das idealizadoras do protocolo do CNJ; Hédio Silva Jr., advogado e autor do livro *Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial - Teoria e Prática*, Thula Pires, professora do Departamento de Direito - PUC/Rio e Ynaê Lopes dos Santos, doutora em História. Eles reforçaram a relevância da memória da escravização no Brasil e o quanto o período, um passado sombrio e cruel, precisa ser considerado para continuar contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. “Quando pensamos na memória da escravização do Brasil, está embutido aí um histórico, com registro de resistência, um histórico de resiliência, um histórico de transformação. Talvez Gilberto Gil tenha sido quem melhor sintetizou isso ao dizer que “o Brasil é um país africanizado”, destacou Hédio Silva Jr.

Adriana Cruz, salienta que, por vezes, uma visão limitada e atravessada, baseada em convicções equivocadas, pode atrapalhar a evolução da sociedade e aprofundar preconceitos e violências. “Quando a gente se adota como régua do mundo, como padrão de correção, de verdade e de justiça, sem duvidar que essas nossas compreensões estão atravessadas por todo esse racismo, toda essa misoginia sobre a qual nós fomos forjados, vamos aprofundar violências”, explica. Contudo, ela também deixa uma mensagem de esperança, inspirada nos antepassados que passaram pelo Cais do Valongo: “Eu e todas as pessoas negras que aqui estão, somos filhos da esperança. A minha Vara, na Avenida Venezuela, fica a 500 metros do Cais do Valongo. Meus antepassados chegaram ali outro dia, historicamente, em ferros, em condições sub-humanas, sentados sobre excrementos, e, talvez, por muito menos nós não aguentássemos, talvez a gente sucumbisse. Mas eles não sucumbiram porque eles prospectaram o futuro e porque eles me sonharam, e hoje eu estou aqui. Então, que a gente também possa sonhar um

caminho de mais justiça, de mais realização e de mais respeito para todas as pessoas”, declarou.

Na mesa, autores e autoras negras brasileiras comentam sobre como a literatura pode se transformar em ferramenta de combate à desigualdade racial

Literatura Negra ganha voz no CCJF durante o Mês da Consciência Negra

O **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)** abriu suas portas, na tarde de 12 de novembro, para celebrar o *Mês da Consciência Negra* com o evento *Literatura Negra – Escrevivências do Rio para o mundo*, uma edição especial dedicada a destacar o protagonismo de autores e autoras negras do Rio de Janeiro. Realizado no cinema do CCJF, o encontro gratuito promoveu debates sobre a literatura como ferramenta de enfrentamento ao racismo e à desigualdade racial, reunindo escritoras premiadas e profissionais do universo editorial em um momento de valorização e amplificação das vozes negras na cena literária carioca.

Desde a apresentação inicial de Léa Carvalho, produtora cultural, o encontro assumiu um tom de diálogo e reflexão, marcado pela relevância das narrativas negras cariocas. Na primeira mesa, *Vozes da Resistência*, Aline Brito, Nilcéa Carvalho e J.Lo abordaram memórias e perspectivas, mostrando como a literatura é uma ferramenta de identidade e combate ao racismo. Logo depois, a mesa *Letramento e Resistência* reuniu

Gisele Rose, Sabrina Guedes, Evelyn Alves e Jucilene Nogueira em um debate que ressaltou a urgência de práticas educativas antirracistas e da leitura de autores negros como um ato político, capaz de conscientizar a sociedade.

A programação, organizada em torno das duas mesas principais, expôs essa urgência de repensar narrativas e ampliar referências. As discussões ressaltaram o papel da literatura negra na formação crítica e na reconstrução de identidades. Como destacou Léa Carvalho, a descolonização do pensamento e a promoção da identidade negra na educação e na cultura foram pontos centrais das mesas de debate. Para ela, a 1ª mesa lembrou que a literatura negra também devolve representatividade em áreas historicamente negadas, como a intelectualidade e os espaços de poder, enquanto a 2ª mesa reforçou que a leitura de autoras negras deve se tornar uma parte fundamental na educação para enfrentar o racismo estrutural.

A realização do evento também dialogou diretamente com a *Mostra Cultural Consciência Negra* no CCJF, da qual o encontro fez parte. “Ocupar um espaço que representa historicamente a justiça, ainda mais durante o *Mês da Consciência Negra* e no ano em que o Rio de Janeiro é a *Capital Mundial do Livro* permitiu dar mais visibilidade à produção literária negra de mulheres cariocas. Foi gratificante ver a interação direta entre o público e as autoras, criando um ambiente onde a literatura não foi apenas apresentada, mas vivenciada como um ato político e cultural”, disse Léa.

Ao final no evento, o público também pôde acompanhar um sarau literário com autoras do projeto *Literatura Negra nas Bibliotecas do Rio*, momento de compartilhamento de poemas e histórias que reforçaram o protagonismo negro na cena cultural carioca. A tarde contou ainda com o lançamento do livro *Do mundo que equilibro nas costas*, da autora Jucilene Nogueira, completando a experiência. Assim, o *Literatura Negra – Escrevivências do Rio para o mundo* se destacou como mais do que um encontro literário: foi uma celebração da memória, da representatividade e da força da literatura negra no Rio de Janeiro.

Black Queer Festival: arte, representatividade e celebração

No dia 29 de novembro, o Cinema do **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)** recebeu o *Black Queer Festival*, um evento com direção de Alek Lean, que reuniu arte, representatividade e resistência. Parte da *Mostra Cultural Consciência Negra*, o festival reafirmou o compromisso do protagonismo negro e *queer* dentro de uma programação diversa e representativa.

Com produções de pessoas LGBTQIAPN+, negras e indígenas, o *Black Queer Festival* teve início no dia 24 de novembro em outras salas de cinema e exibiu mais de 40 filmes. No CCJF, o evento contou com três sessões com mais de 15 curtas-metragens ao total, além de bate-papos e apresentações artísticas.

Entre alguns dos filmes exibidos estão os curtas *Negrum3*, que mistura a performance e a estética afro futurista para falar sobre vulnerabilidades e autoconhecimento, *Pedagogias da Navalha*, que aborda a ancestralidade, a luta e devolve às pessoas travestis o protagonismo de suas próprias narrativas e *Vó, a senhora é lésbica?* que retrata como a sexualidade de pessoas idosas é invisibilizada, lançando um olhar mais carinhoso para histórias que foram silenciadas.

O público diverso foi uma parte importante do festival. Interações, risadas e aplausos ajudaram a criar uma atmosfera mais descontraída e leve. A premiação dos filmes selecionados encerrou o *Black Queer*. Entre os curtas mais premiados, *Xica Vive na Fumaça* que conquistou seis troféus.

Lean descreveu a sensação de realizar essa celebração artística. “Ao final, o que ficou foi a sensação de encontro. Entre cinema e *performance*, entre comunidade e criação, entre artistas e público. Um evento que, apesar da coincidência com um dos

maiores jogos do ano, mostrou que há quem escolha a arte e o afeto como forma de celebrar um Brasil diverso, resistente e brilhante”, declarou.

O festival reforça a ideia de que pessoas negras LGBTQIAPN+ podem se expressar sem ter que esconder quem são, criando um espaço seguro que vai além de luta e resistência, valorizando e celebrando o trabalho de artistas criadores de suas próprias histórias.

Arte e identidade amazônica: mostra Retratos do Meu Sangue – Shipibo-Konibo chega ao CCJF

No dia 18 de novembro, foi realizada a abertura da exposição *Retratos do Meu Sangue: Shipibo-Konibo* no **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)**. A mostra, que contempla obras produzidas pelo fotógrafo David Díaz Gonzales, representa mais um importante capítulo da união diplomática entre Brasil e Peru, e promove a circulação da arte latino-americana. Por meio de uma imersão visual na cultura indígena peruana, a exposição busca ampliar o acesso do público às expressões culturais dos povos originários.

A abertura teve início no Gabinete de Fotografia, no 1º andar do prédio histórico, com as boas-vindas ao público do diretor-executivo do CCJF, Ricardo Horta, que representou o diretor-geral do CCJF e desembargador do TRF2, Dr. Theophilo Miguel Filho. Em seguida, o cônsul-geral do Peru no Rio de Janeiro, Carlos Garcia, também celebrou a realização da mostra e reforçou a importância de projetos como esse. “Considero

oportuno apresentá-la (a mostra) em um momento em que a atenção internacional está voltada para o Brasil por ocasião da COP 30 e eventos globais sobre o futuro do planeta. Essa exposição nos lembra que os povos indígenas são guardiões essenciais do meio ambiente e depositários dos saberes ancestrais que nos ensinam a conviver com a natureza", afirma Garcia. Ele também ressaltou a parceria nos interesses políticos e sociais entre Brasil e Peru, relacionadas à defesa do meio ambiente e à proteção dos povos indígenas. "Somos países unidos pela Amazônia, por nossos povos originários e por uma visão compartilhada desse movimento sustentável", frisou.

Logo após a abertura da exposição, o público pôde entrar no Gabinete de Fotografia do CCJF, localizado ao lado da Sala de Sessões, no 1º andar, para prestigiar o trabalho do fotógrafo David Díaz Gonzales. Nascido em 1992, na comunidade nativa de Nueva Saposoa, em Ucayali, Gonzales desenvolve uma obra documental em preto e branco que investiga a realidade pessoal e ancestral a que pertence. Integrante do povo Shipibo-Konibo, ele expõe em suas imagens elementos de cosmogonia, tradição e uma busca por harmonia. Mais do que apenas um registro, as imagens do fotógrafo peruano propõem uma leitura silenciosa e profunda, oferecendo uma imersão para compreender o universo cultural e estético de seu povo. Além de fotografias expostas na galeria, o público também teve a oportunidade de vivenciar uma apresentação audiovisual que ampliou ainda mais a proposta da mostra.

A exposição *Retratos do Meu Sangue: Shipibo-Konibo* é fruto de um trabalho conjunto entre o CCJF e o consulado peruano, iniciado em 2024, quando, na ocasião, foi celebrado o Dia Nacional do país no CCJF. "A partir desse evento, estabeleceu-se um processo de planejamento, coordenação técnica e adaptação da mostra ao espaço do Gabinete de Fotografia do CCJF", explica Garcia. Após sua estreia no Centro Cultural Inca Garcilaso, em 2022, quando foi reconhecida com o *Prêmio Luces*, do Diario El Comercio, como melhor exposição de fotografia e vídeo, a mostra passou a circular internacionalmente, ocupando diversas embaixadas e consulados do Peru pelo mundo. "Sua chegada ao Brasil, e, particularmente ao Rio de Janeiro, é uma consequência natural desse esforço, que reconhece a relevância da cena cultural carioca como plataforma internacional para a projeção da arte contemporânea peruana", ressalta Garcia.

Para ele, a exposição também contribui para dar visibilidade internacional ao povo indígena Shipibo-Konibo, um dos mais representativos da Amazônia peruana. "A escolha pelo CCJF fundamenta-se no reconhecimento de sua trajetória de apoio a

iniciativas que fortalecem a diversidade cultural e ampliam o acesso do público às expressões artísticas latino-americanas. Trazer a exposição peruana para esse espaço representa, ao mesmo tempo, prestígio institucional e uma oportunidade de aprofundar os laços culturais entre Peru e Brasil", finaliza o cônsul-geral do Peru no Rio de Janeiro.

A noite seguiu animada, com a presença de um DJ que tocou músicas originárias. O clima era de imersão e trocas entre os presentes, com comidas e bebidas típicas celebrando a cultura peruana. A exposição *Retratos do Meu Sangue – Shipibo-Konibo* segue gratuita e aberta ao público no CCJF, de terça a domingo, das 11h às 19h, até o dia 8 de fevereiro de 2026. Uma boa oportunidade de se conectar com a força e a ancestralidade desse povo, que se mantém vivo em sua arte e nas suas tradições.

O baile de Charme, gratuito, a todo vapor, acontecendo no hall de entrada do CCJF

Para movimentar corpo e mente: oficinas e baile de Charme reforçam manifestação da cultura urbana carioca no CCJF

Integrar teatro com dança, fazendo as pessoas se movimentarem e até experimentarem algo novo. Mais do que isso: trazer o Charme, gênero musical que surgiu no Rio de Janeiro nos anos 80, derivado do Soul e R&B americanos, para dentro do **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)**. Idealizado por Valéria Alves, professora de dança especializada em Charme, o projeto

Charmeando no Teatro surgiu com o principal objetivo de estimular a interação dos diversos públicos com o universo da dança charme. A iniciativa se mostrou um sucesso, foram duas oficinas — dias 22 e 29 de novembro —, ministradas pela professora Val no Teatro do CCJF, com uma boa aderência de participantes. Os passos aprendidos nas aulas puderam ser colocados em prática no próprio dia 29, com um Baile Charme gratuito no hall de entrada do Centro Cultural comandado pelo DJ Janderson Jacaré (JJDJ). Quem passava na porta do CCJF era atraído pelo ritmo envolvente e sensual do Charme, que hoje se tornou uma forte manifestação da cultura negra carioca. "Criei o projeto *Charmeando no Teatr*o há aproximadamente quatro anos. Ele já foi implantado nos Teatros Municipal, Cacilda Becker, Dulcina, Ziembinski e agora também no Centro Cultural Justiça Federal e visa levar a Cultura Charme para os teatros, atraindo público e realizando um grande intercâmbio", explica Valéria.

Para ela, o Charme é a voz da periferia do Rio de Janeiro. Ao abrir as portas para o projeto, o Centro Cultural ajuda a ampliar a divulgação de uma cultura que, segundo a professora, ainda é muito discriminada. Como a recepção das aulas foi muito boa, a intenção é continuar com a iniciativa no CCJF em 2026. "Assim, iremos continuar a divulgar uma identidade cultural negra", comenta. Experimentar algo novo foi o que levou Margarete Amaral, servidora aposentada do TRF2, a se inscrever nas oficinas. "Era exatamente isso que procurava: algo novo e bem diverso da minha vida. Pois fui e adorei. A professora, Valéria Leal, é uma querida e foi introduzindo a dificuldade dos passos pouco a pouco. A aula foi leve e divertida. Também gostei muito de exercitar a coordenação motora e memória", conta ela que esteve presente em ambas as aulas. "As músicas também foram um detalhe à parte... ótimas! No segundo dia de aula, ainda fomos presenteados com um baile charme bem no hall de entrada do CCJF. Outras pessoas se juntaram a nós e foi muito divertido! Essas duas aulas me fizeram despertar para esse ritmo e agora pretendo dar continuidade. Enfim, queria algo novo e consegui!", ressalta, entusiasmada. Agora é só esperar a data da próxima oficina e vir aprender ou praticar os passinhos de Charme, ritmo que transforma qualquer ambiente em uma verdadeira celebração à cultura urbana carioca e relaxa corpo e mente.

Produtores negros do audiovisual pontuam sobre a falta de espaço nas telas para o protagonismo negro que ainda ocorre nos dias de hoje

Vozes e Visões Negras reafirma o protagonismo negro entre produtores culturais

O mês de novembro foi marcado por eventos que reafirmaram o protagonismo negro no **Centro Cultural Justiça Federal (CCJF)**. Entre peças teatrais, shows, debates e performances, o cinedebate *Vozes e Visões Negras*, que aconteceu no dia 7 de Novembro, foi um dos destaques da programação.

Com a proposta de dar visibilidade aos produtores negros, o evento exibiu o filme *A Cor do Cinema*, um curta-metragem de gênero documental que traz relatos de profissionais negros inseridos no meio audiovisual, um lugar historicamente dominado por pessoas brancas, e aborda um questionamento: onde estão os profissionais negros no cinema?

Já a 2ª exibição foi do filme *Brilhante Escondido*, outro curta-metragem de gênero documental que conta a história de quatro artistas negros que lutam por visibilidade em um espaço que os marginaliza. Entre altos e baixos, os jovens conectam suas próprias narrativas reivindicando o lugar que é deles por direito.

Após a exibição, aconteceu um debate com mediação de Lorrane Andrade que contou com Pedro Couto, Mica Lopes, Vivi de Andrade e Vio Anchieta como debatedores. O público foi convidado a trocar experiências, que serviram para reforçar o discurso de que o protagonismo negro é pouco valorizado no audiovisual, trazendo reflexões e gerando uma rede de apoio.

O produtor cultural Pedro Couto compartilhou a experiência de participar de um evento tão importante e representativo. “Ter a oportunidade de participar da *Mostra Cultural Consciência Negra* potencializou um espaço de troca durante a mesa *Vozes e Visões Negras*, em que pude ver a exibição do filme do qual fiz parte e reverberar meu trabalho como *still* no curta *A Cor do Cinema*. Foi uma experiência extremamente significativa”, conta. Para ele, falar sobre o processo do filme foi especialmente memorável. “Saber que outras pessoas, para além das presentes e das envolvidas nas produções dos respectivos filmes, se identificam e enfrentam os mesmos desafios enquanto pessoas negras na produção audiovisual, trouxe um profundo sentimento de identificação. Perceber que esses desafios não são únicos, mas compartilhados tanto pela equipe de *A Cor do Cinema*, quanto pelos participantes de *Brilhante Escolhido*, fortaleceu ainda mais a importância dessa escuta e desse espaço”, concluiu.

<<POR DENTRO>> DO CCJF

entrevista com
Thays Acaiabe

A série Por dentro do CCJF desta edição convida o bate-papo virtual Thays Acaiabe, servidora do Setor de Artes Cênicas e AudioVisual do Centro Cultural Justiça Federal (CCJF). Ela conta sobre escolhas na carreira, funções que exerce no cargo e ainda lembra de uma das experiências mais marcantes que viveu no CCJF quando acompanhou o Transcineclube, projeto importante para a inclusão de pessoas trans no audiovisual, e conta um pouco sobre a idealização e objetivo da Mostra Cultural Consciência Negra. Confira a íntegra da entrevista, logo abaixo:

VITRAL CULTURAL: O que te fez escolher a profissão, e além disso, ingressar na carreira pública??

Thays Acaiabe: Tive várias profissões ao longo da minha trajetória. Sou de São Paulo, formada em Direito e em História; já trabalhei como professora, advogada e hoje sou Analista

Judiciária. Grande parte da minha vida profissional foi no campo jurídico, mas a escrita sempre foi minha verdadeira paixão.

Sou filha de ator e cresci muito próxima da arte. Desde jovem escrevia textos para o meu pai, que sempre lamentou a falta de papéis e de autores negros contando nossas próprias histórias. Essa consciência me atravessou, mesmo enquanto eu buscava estabilidade na advocacia e no serviço público, até entender que a arte também é uma forma de lutar por justiça.

Apaixonada por narrativa, participei do *Laboratório de Narrativas Negras da FLUP/Globo*, onde fui selecionada — um marco que me abriu as portas do audiovisual. Desde então, sigo construindo meu caminho: fui roteirista e diretora do documentário *Cartas pela Paz*, finalista do *É Tudo Verdade* e *da Mostra SESC de Cinema 2025*, e continuo desenvolvendo projetos.

Acredito profundamente no poder transformador da cultura.

VITRAL: Há quanto tempo você trabalha no CCJF e quais suas principais funções?

Thays Acaiabe: Cheguei ao CCJF em 2024 e, desde então, trabalho ao lado da Flávia Miranda, no *Setor de Artes Cênicas e AudioVisual*. Sou responsável, junto com a chefe de setor, pela análise e seleção de projetos nessas áreas, sempre buscando obras que dialoguem com nosso compromisso institucional com a cultura, a diversidade e o acesso democrático às artes. Também acompanho produções, mediações, debates e mostras.

Outra parte central do meu trabalho é organizar as produções e adequá-las às diretrizes e normas do Centro Cultural.

VITRAL: Conte-nos alguma curiosidade ou caso que considere memorável, seja profissional ou pessoal…

Thays Acaiabe: Uma das experiências mais marcantes que vivi no CCJF foi acompanhar o *Transcineclube*, um projeto essencial para a inclusão de pessoas trans no audiovisual. Durante seis meses, o cineclube ocupou o Centro Cultural com filmes, *performances* e debates conduzidos por artistas trans. Ver uma instituição pública, historicamente pouco acessível a esses corpos, tornar-se um espaço seguro e vibrante foi profundamente emocionante.

Outra memória especial foi acompanhar de perto grandes artistas e produções que passaram pelo CCJF, como Sala Branca, *A Descoberta das Américas* e *Abdias Nascimento*.

VITRAL: Nos conte um pouco sobre o processo de idealização da *Mostra Cultural Consciência Negra*, que chegou na 2ª edição este ano, no mês de novembro e foi um sucesso.

Thays Acaiabe: Cheguei ao CCJF em agosto de 2024, e a *Mostra Cultural Consciência Negra* nasceu de uma ideia da minha chefe, Flávia Miranda, uma grande aliada na luta pela equidade racial. Neste 2º ano da Mostra, tivemos o apoio fundamental dos nossos estagiários, Lucas de Melo e Emanuelle Mafra Castro. Ela surgiu da necessidade urgente de dar visibilidade a artistas, produtores e produtoras negras do Rio de Janeiro e de aproximar o CCJF de vozes que, historicamente, quase não ocupavam esse espaço.

Sendo uma das poucas mulheres negras concursadas do órgão, sei que minha presença aqui também carrega a responsabilidade de abrir caminhos. A Mostra busca ser um ambiente de afirmação, celebração e reflexão, reunindo cinema, debates, artes cênicas, literatura, música e artes visuais. Mais do que programação, é um gesto político que homenageia a resistência do povo negro e reafirma nosso direito à memória e ao protagonismo dentro de uma instituição pública.

Em 2025, ampliamos ainda mais essa potência com a entrada oficial dos setores de Música, Literatura e Exposições. Sou muito grata ao apoio das minhas colegas e da Diretora de Cultura, Maria do Carmo Oliveira.

Comunicação pública a serviço da memória nacional

Por Ana Cristina Rosa, jornalista e Assessora-Chefe de Comunicação Social do Conselho da Justiça Federal (CJF) em Brasília

"Os saberes e a cultura afro são intrínsecos à identidade brasileira. E a comunicação pública, como ferramenta estratégica que é, tem o dever de jogar luz sobre esse capítulo e impactar positivamente, promovendo a cidadania, o conhecimento e a cultura."

Desde que comecei a trabalhar com comunicação pública – lá se vão mais de 20 anos –, tenho em mente a preocupação de criar conteúdo que promova o acesso à informação correta e de qualidade, visando dar visibilidade a temas relevantes, de interesse público e de impacto

social. Com esse espírito, idealizei na Assessoria de Comunicação Social do Conselho da Justiça Federal (ASCOM/CJF) o projeto de comunicação *Valongo: Justiça pela Memória do Cais*.

A iniciativa, desenvolvida com muita dedicação pelo time da ASCOM, que tenho o prazer e a honra de liderar, teve por base uma decisão judicial da Seção Judiciária do Rio de Janeiro com vistas a preservar a memória e o patrimônio histórico nacional. Todos os conteúdos produzidos estão disponíveis e podem ser acessados no site oficial *Valongo: Justiça pela Memória do Cais*. Convido os leitores deste texto a visitarem o portal.

No meu entendimento, preservar a memória da escravização no Brasil é algo muito importante para a cultura, para a educação e para a promoção da cidadania. O reconhecimento desse trágico e vergonhoso capítulo do nosso passado é essencial para entender o nosso presente, promover direitos à população negra, reduzir desigualdades étnico-raciais e avançar em termos de reparação histórica.

Para quem ainda não sabe, o Cais do Valongo é símbolo material do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas. Tornou-se referência para os estudos sobre a diáspora africana no século 21. O sítio arqueológico é reconhecido como Patrimônio Mundial pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Na véspera do feriado nacional do *Dia da Consciência Negra 2025*, o Conselho da Justiça Federal (CJF) tornou pública a iniciativa da ASCOM com o lançamento de um livro e a inauguração de uma exposição digital no Centro Cultural Justiça Federal (CCJF), no RJ. Os conteúdos são ilustrados com 12 aquarelas produzidas digitalmente pela servidora Maria Clara Teixeira de Assis, da ASCOM/CJF.

A exposição foi instalada na Galeria Cela, do CCJF, e é composta pela projeção das imagens (que integram o livro), intercaladas com informações sobre as quatro décadas de operação do Cais do Valongo. A mostra oferece aos visitantes uma experiência visual imersiva e conectada à história, à memória e à luta pela valorização do sítio arqueológico. Sugiro uma visita ao espaço até o dia 19 de dezembro. A entrada é gratuita, de terça a domingo, das 11h às 19h. As aquarelas dialogam diretamente com o legado do Cais do Valongo e convidam à reflexão sobre a ancestralidade africana e os marcos que estruturam a formação social brasileira. O conjunto visual é resultado de pesquisa, estudo e imersão. Cada obra busca recuperar, de maneira sensível, partes essenciais da nossa história e reforçar porque o Valongo não pode ser esquecido.

Sempre acreditei que o resgate da trajetória da escravização no Brasil implica em contribuir para o reconhecimento e a valorização da herança africana na formação da identidade cultural, social e econômica do nosso país. É preciso conhecer o passado para entender o presente e construir um futuro de igualdade e dignidade. Os saberes e a cultura afro são intrínsecos à identidade brasileira. E a comunicação pública, como ferramenta estratégica que é, tem o dever de jogar luz sobre esse capítulo e impactar positivamente, promovendo a cidadania, o conhecimento e a cultura.

Ver este email no navegador
Recebeu este e-mail por ter uma ligação com a Centro Cultural da Justiça Federal. Por favor reconfirme o seu interesse em continuar a receber os nossos e-mails. Se não desejar receber mais e-mails poderá remover a sua subscrição aqui.

Av. Rio Branco, 241 - Centro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 20040-009, Brazil

Remover Inscrição

BENCHMARK
TESTE JÁ

This is a Test Email only.
This message was sent for the sole purpose of testing a draft message.